

## Editorial

Com grande satisfação o corpo editorial de “Em Tempo de Histórias” publica mais um número de nossa revista eletrônica. Mais uma vez, contamos com a contribuição de novos historiadores com pesquisas originais ainda em andamento ou já concluídas, bem como resultados de dissertações ou teses. Dessa forma, os artigos dessa edição expressam o atual momento da História - como ciência-; ao abranger ainda mais o seu campo de pesquisa com novos objetos e novas perspectivas.

2014 é um ano memorável. Seja pelos 50 anos do golpe cívico-militar, seja pelos 100 anos da Grande Guerra, seja pela morte de Jacques Le Goff, um dos grandes historiadores do século XX, que contribuiu de alguma forma para o amadurecimento da nossa disciplina. Assim, nessa edição de temática livre valorizamos novos objetos de pesquisa histórica tal como temas que precisam ser lembrados e revistos: desde a história do gênero à história social, da história política à econômica. Ou seja, entendemos todas essas facetas como História, a nossa ciência.

Primeiramente, Franco Santos Alves da Silva em “À luz da contradição: projetos neocoloniais na oposição ao Estado Novo Português” aborda o discurso neocolonialista português das décadas de 1950 e 1960, um dos pilares da grandeza do império ultramarino, presente na oposição do próprio Estado Português. No contexto do final da década de 1950 e início de 1960, o mundo não via com bons olhos a posse de colônias na África, como também do surgimento de diversos movimentos de resistência em Angola e Moçambique. Dessa forma, a oposição passou a enfatizar o apoio a estes movimentos, além de denunciar os abusos cometidos em território africano, para, desta forma, buscar o próprio fim do regime. O autor recorre ao jornal *Portugal Livre*, editado no Brasil, para demonstrar as propostas para a “questão colonial”, aonde traçavam projetos políticos de emancipação para as colônias. Escrito pelo capitão Henrique Galvão e pelo general Humberto Delgado, ambos antigos defensores do sistema colonial e dissidentes do regime, as propostas eram permeadas por um discurso neocolonialista que ajudou a aumentar o abismo existente na oposição e expor que a mentalidade colonial estava mais presente na oposição, e na própria cultura portuguesa.

Ao lembrar a Grande Guerra, Livia Claro Pires faz uma análise sobre o discurso da neutralidade no cenário brasileiro. Em “Abaixo as armas! O discurso a favor da neutralidade no debate sobre a Primeira Guerra Mundial (1914-1917)”, a autora analisa o periódico fluminense *Jornal do Comércio*, antes da entrada do Brasil no conflito, para verificar as posturas dos intelectuais brasileiros frente ao grande conflito europeu.

Já Daniele Mennitti em seu artigo intitulado “A (des) construção do ideal de virilidade e o homoerotismo: compreendendo a(s) masculinidade(s) no principado romano” realiza uma reflexão sobre o ideal de virilidade como princípio de conduta do cidadão romano, dentro de um discurso oficial, no período do principado, além de entender o homoerotismo. A partir da perspectiva dos estudos de gênero, foi possível mostrar como, além de não existir um único modelo de masculinidade, esta, por sua vez, não é algo dado, mas sim construído social e culturalmente. Ao seguir o enfoque econômico, Pedro Henrique Batista Barbosa em “As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal” analisa as diversas medidas protecionistas presentes na Tarifa Alves Branco, que buscavam mais a interesses fiscais do que desenvolver as manufaturas no país.

Percebe-se, portanto, nessa edição livre, artigos com objetos de pesquisa bem diversificados, o que demonstra de certa forma a pluralização e a ampliação do conhecimento histórico. Destacamos, então, a valorização da História que reconhece no político, no social, no econômico e no cultural, um objeto científico. Em “*Meetings, Boicotes e Carneiros nas Grandes Greves ocorridas em Porto Alegre durante a Primeira República (1917-1919)*” César Augusto Bubolz Queirós analisa as estratégias do movimento operário de Porto Alegre durante as grandes greves ocorridas na cidade entre 1917 e 1919. Aborda, ainda, as relações entre os operários grevistas e os trabalhadores que não participavam das paralisações propostas pelas associações operárias.

Pouco enxergadas na História, às mulheres estiveram relegadas aos papéis binários de mãe, esposa relegada à vida privada, sendo pouco percebidas em suas particularidades. Alzira Salete Menegat e Luciana Codognoto da Silva em “Histórias de Mulheres Catadoras: rompendo silêncios, edificando resistências, construindo novas escritas históricas” demonstram como a História tratou os corpos – biológico e social – e os gêneros, de maneira a enfatizar os traços que se sobressaíram em determinados períodos históricos, produzindo o refazer de metodologias de análises que abrem caminhos para estudar a história das mulheres, em especial daquelas pertencentes à Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio – ARPE, localizada no interior do Estado de São Paulo. Percebe-se nesse estudo que este

espaço de atuação profissional tem possibilitado às mulheres catadoras novas formas de experiência histórica e social, a partir do momento em que elas buscam subverter a um dado padrão historicamente construído sobre a feminilidade. É, pois, no âmbito do trabalho com os recicláveis que as mulheres catadoras, apesar das adversidades vivenciadas cotidianamente, se percebem enquanto portadoras de histórias a serem publicizadas pelos registros historiográficos.

A autora Fabiana de Oliveira Andrade, nos 50 anos do golpe cívico-militar, nos traz um estudo inovador e muito curioso ao pesquisar a estrutura do Serviço Secreto na ditadura militar. Com o avanço do regime militar, o governo sentiu a necessidade de estabelecer uma Doutrina Nacional de Informações e de oferecer uma melhor formação teórica e prática aos agentes integrantes do Sistema Nacional de Informações. A autora aborda, portanto, o processo de criação e implementação da Escola Nacional de Informações (EsNI), que esteve, desde o momento de sua criação, atrelada a tais objetivos. Assim, o artigo “A estrutura do Serviço Secreto na ditadura militar: a formação dos agentes secretos na Escola Nacional de Informações” contextualiza a criação da EsNI e esclarece as principais finalidades programadas para a Escola, tais como a formatação de uma doutrina de informações brasileiras e a capacitação de um quadro de funcionários especializados para a atividade de informações no Brasil à época.

Por outro lado, Matheus Rosa Pinto e Jorge da Cunha apresentam um estudo sobre o desenvolvimento do comércio informal na cidade de Santa Maria-RS entre os anos 1980 e 2011. Em “Das Ruas ao *Shopping*: o crescimento do Comércio Informal nas ruas de Santa Maria – RS”, os autores abordam de que forma deu-se a organização inicial dos trabalhadores informais nas principais ruas da cidade, passando pela fundação do Camelódromo municipal em 1991, até a posterior transferência dos comerciários para o *Shopping* Independência em 2011.

Ricardo Fontes dos Santos Assis em “Os poderes na França. Os *Espelhos de Príncipes* e suas construções sobre a importância régia nos séculos finais do medievo francês” analisa uma parcela do discurso tratadista medievo, *Espelho de Príncipes*, com o fim de apresentar a importância do texto nas considerações e construções sobre o poder. Por sua vez, Paulo Brito do Prado em “Patrimônio Inquirido: por uma história de memórias subterrâneas nos sertões de Goiás em 1930” investiga os monumentos de um patrimônio até então ‘esquecido’. Com isso, o autor se defronta com possíveis eliminações de memórias afrodescendentes da história de Goiás. A anterior Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, feita por negros escravos para abrigar a irmandade em devoção à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi

demolida por ordem dos dominicanos e, em seu lugar foi reconstruída outra igreja em um estilo europeu totalmente díspar das características arquitetônicas encontradas nos Sertões de Goiás, com a ajuda financeira da prefeitura e do povo vilaboense, prática capaz de orientar problemas quanto à perspectiva patrimonial da cidade, o preconceito de raça e o direito à memória.

Por fim, julgamos importante o espaço para resenhas de novas contribuições historiográficas. Nessa edição, apresentamos a obra de Sandra Reimão “Repressão e Resistência. Censura e Livros na Ditadura Militar”, de 2011, que estuda a censura de livros de ficção brasileira durante do regime autoritário de 1964 a 1985, em especial aqueles cujos processos (atualmente no Arquivo Nacional de Brasília) ficaram sob a responsabilidade do Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP), órgão vinculado ao Serviço de Censura e Diversões Públicas e ao Ministério da Justiça.

Nós, da equipe editorial da revista eletrônica *Em Tempo de Histórias*, agradecemos a colaboração de nossos colegas historiadores, e desejamos a todos uma boa leitura, reflexiva e prazerosa.

Rafael Nascimento Gomes